



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria Militar

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. N° E-13/002/60/2019
DATA: 14/01/2019 Fls:
ID: 353435-9 RUBRICA:

ANEXO G AO TERMO DE REFERÊNCIA

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. REGRAS GERAIS:

1.1 – Será adotado, na vigência do contrato, “Acordo de Nível de Serviços – ANS” disciplinado na Resolução SEPLAG n° 843, de 28 de dezembro de 2012, pelo Decreto n° 45.600, de 16 de março de 2016 e pelo Enunciado da PGE/RJ n° 34, de 04 de maio de 2016, no qual se encontram estabelecidos critérios de aferição de resultados por meio indicadores básicos, os quais serão devidamente acompanhados pela fiscalização do contrato visando garantir a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

1.2 – A Comissão de Fiscalização do Contrato acompanhará a execução do objeto do Contrato e o desempenho da CONTRATADA por meio dos indicadores eleitos, utilizando planilhas de controle durante a fiscalização dos serviços.

1.3 – A apuração do ANS pela Comissão de Fiscalização do Contrato deverá ser por ocorrência observada e o cômputo da pontuação será mensal, para fins de adequação do pagamento.

1.4 – Na hipótese de impossibilidade de realização dos serviços contratados por motivos não imputáveis e/ou alheios à CONTRATADA, o presente ANS não será aplicado.

1.5 – A CONTRATADA deverá encaminhar as FATURAS mensalmente à Comissão de Fiscalização para análise e aplicação do ANS, para fins de adequação dos valores para pagamento. Após aprovação e autorização da Comissão de Fiscalização, a CONTRATADA enviará a Nota Fiscal, acompanhada da documentação requerida para atestação e pagamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria Militar

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. N° E-13/002/60/2019
DATA: 14/01/2019 Fls:
ID: 353435-9 RUBRICA:

1.6 – Após o recebimento da FATURA, a Comissão de Fiscalização terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para AUTORIZAR a emissão de NOTA FISCAL, preferencialmente, por meio eletrônico, não sendo admitida autorização verbal. A autorização, obrigatoriamente, constará do Processo de Fiscalização.

1.7 – A CONTRATADA deverá encaminhar a NOTA FISCAL para pagamento à Superintendência de Transportes, sito à Rua Ipiranga, nº 19, Laranjeiras, RJ, acompanhada de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos negativos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

2. DA FAIXA ESPECÍFICA DE TOLERÂNCIA

2.1 – A Faixa Específica de Tolerância (FET) é um intervalo limite estabelecido no ANS para fins de mensuração do desempenho na prestação do serviço e, posterior adequação do pagamento, refletido nos percentuais de ajuste.

2.2 – As FET deste ANS foram estabelecidas de acordo com a relevância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas críticas, conforme preceitua a alínea b do inciso VIII do art. 7º da Resolução SEPLAG nº 843/2012.

3. DA REGRA DE FATURAMENTO

3.1 – Os valores relativos aos serviços contratados constarão das Notas Fiscais mensalmente e serão proporcionais ao cumprimento do Acordo de Nível de Serviço conforme metodologia abaixo descrita.

3.2. MECANISMO DE CÁLCULO: Somatório mensal da pontuação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria Militar

PONTOS	FET/PERCENTUAL DE AJUSTE
04 a 08	97%
09 a 12	95%
>13	93%

3.3 – Satisfeitas as obrigações previstas nas cláusulas contratuais, o prazo para pagamento da Nota Fiscal será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito na repartição competente, isenta de erros, previamente atestado por servidor que não o ordenador de despesas, designado para a fiscalização do contrato.

3.4 – Caso se faça necessária a representação de qualquer Nota Fiscal por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

3.5 – Os pagamentos somente serão efetuados, quando houver execução total dos serviços contratados e a atestação, no verso da nota fiscal, de dois integrantes da Comissão de Fiscalização designada para o Contrato.

3.6 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Compromitente, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO CONFORMIDADE

4.1 – Será admitida justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, que PODERÁ ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria Militar

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. N° E-13/002/60/2019
DATA: 14/01/2019 Fls:
ID: 353435-9 RUBRICA:

5. DOS EFEITOS DA NÃO CONFORMIDADE RECORRENTE

5.1 – As adequações de pagamento estarão limitadas pela FET da Pontuação Total (α), abaixo do qual o fornecedor se sujeitará às sanções legais.

5.2 – Caso a CONTRATADA pontue um somatório maior que 13 pontos por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados no período de 1 (hum) ano, a CONTRATANTE, poderá rescindir o contrato, resguardado o direito de ampla defesa e contraditório da CONTRATADA.

5.3 – O disposto no item 5.2 não será aplicado na hipótese de impossibilidade de realização dos serviços contratados por motivos não imputáveis e/ou alheios à CONTRATADA.

6. TABELA DE INDICADORES E PONTUAÇÃO

6.1 – Os fatores adiante enumerados constituem os Indicadores de desempenho da CONTRATADA e serão pontuados na forma a seguir prevista.

6.2 – A atribuição da pontuação será por fato observado, por veículo locado, e o somatório será mensal.

	INDICADORES	PONTUAÇÃO
1	Entregar veículo com menos de ¼ de combustível (item 4.1.4 do TR)	0,5
2	Não efetuar as manutenções conforme previsão do fabricante (item 4.3.1 do TR)	0,5
3	Deixar de atender demandas da SSMCC requeridas durante a execução do objeto contratual no prazo estipulado	0,5
4	Substituição de veículo fora do prazo do item 4.1.2 sem observância dos itens 4.1.6 e 4.1.11, todos do TR	1
5	Substituição de veículo fora dos prazos do item 4.3.6 do TR: 6 horas – Região Metropolitana 24 horas – Demais regiões do Estado	2
6	Não apresentação da documentação da empresa para fins de pagamento, conforme previsão do item 1.16 do TR	2
7	Suspender ou interromper os serviços, salvo por motivo aceito pela Comissão de Fiscalização do Contrato	2
8	Não adequação da Nota Fiscal conforme autorizado pela Comissão de Fiscalização após aplicação do ANS	4